



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 12 de março de 2011

| | |
|--|----|
| FOLHA DE SÃO PAULO Governo estuda criação de novas faixas para o IR..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 1 |
| FOLHA DE SÃO PAULO Indicadores recentes confirmam o desaquecimento da economia VEICULAÇÃO NACIONAL | 2 |
| O GLOBO IR será corrigido em 4,5%..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 3 |
| O GLOBO Emprego na indústria apresenta ligeira queda VEICULAÇÃO NACIONAL | 5 |
| EXPORT NEWS Secex prorroga consulta pública sobre consolidação das normas de comércio exterior..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 6 |
| AMAZONAS NOTÍCIAS SUFRAMA discute expansão do polo naval VEICULAÇÃO NACIONAL | 7 |
| Portal da navegação Suframa estuda criação do Distrito Naval de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL | 10 |
| PORTAL A CRÍTICA Redução no PIB afeta os postos de trabalho no AM..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 13 |
| R7 Dilma negocia política de reajuste do Imposto de Renda com centrais..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 14 |
| VEICULAÇÃO LOCAL | |

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Governo estuda criação de novas faixas para o IR | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Após reunião com sindicalistas, o governo disse que estuda criar faixas intermediárias na tabela do Imposto de Renda, mas não informou quais seriam essas novas faixas - hoje são cinco.

Segundo Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), o teto de contribuição seguirá em 27,5%.

As centrais não conseguiram na reunião o reajuste de 6,47% na tabela.

Governo estuda mais faixas na tabela do Imposto de Renda

Dilma diz a centrais sindicais que vê com "simpatia" medida que daria alívio tributário a trabalhadores

Governo evita assumir compromisso, mas sugere que novas faixas poderiam vir após reajuste na tabela do IR

BRENO COSTA

ANA FLOR

DE BRASÍLIA

O governo prometeu estudar a criação de novas alíquotas no Imposto de Renda Retido na Fonte, de forma a assegurar mais "progressividade" no recolhimento do tributo. Ou seja, tentar reduzir o IR de trabalhadores que ganham menos e elevar o pagamento de quem tem renda mais elevada.

A medida foi uma das demandas apresentadas pelas centrais sindicais em reunião na manhã de ontem com a presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto.

O governo não deu, porém, detalhes de como pode ser feita a mudança.

"Ela [Dilma] acolheu a possibilidade, em estudo, de criar outras faixas da tabela do Imposto de Renda", disse o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral). "Ela disse ver com muita simpatia essa possibilidade."

Hoje a tabela do IR é dividida em cinco faixas. Quem recebe até R\$ 1.499,15 por mês está isento. Entre esse valor e R\$ 3.743,19 incidem três alíquotas (7,5%, 15% e 22,5%). Quem recebe acima disso tem desconto de 27,5%.

O ministro, apesar de não saber quantificar quantas novas faixas seriam criadas, afirmou que não há possibilidade de alteração no teto da contribuição - de 27,5%.

No governo Lula, chegou a ser proposta a criação de uma alíquota de 35% do IR como forma de reduzir a cobrança de quem ganha menos. A ideia acabou arquivada diante da reação do Congresso e da avaliação da Receita Federal de que o ganho não compensaria o desgaste político de fazer a classe média pagar mais imposto.

A mudança, se efetivada, complementaria a política de reajustar os níveis de renda nos quais incidem o imposto.

ALTA CONSIDERAÇÃO

As centrais não conseguiram, na reunião de duas horas com Dilma, convencer a presidente a reajustar esses valores em 6,47%.

Mas saíram com a promessa de que seria levada em "alta consideração" a definição de uma política de reajustes anuais na tabela pelos próximos quatro anos.

Esses reajustes, segundo o ministro, deverão respeitar o centro da meta de inflação do governo -hoje, em 4,5%.

Essa medida ainda não está sacramentada, mas foi considerada pela própria presidente Dilma, na reunião com as centrais, como "muito bem encaminhada".

"Ela não assumiu um compromisso na hora de que vai fazer por quatro anos, mas prometeu um estudo muito carinhoso dessa questão, dizendo que é provável que o governo possa atender", afirmou o ministro.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Indicadores recentes confirmam o desaquecimento da economia | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Inflação cede e indústria ainda cresce, mas em ritmo mais lento

CIRILO JUNIOR

PEDRO SOARES

DO RIO

Os sinais de desaquecimento na economia ganharam ainda mais força com novos índices econômicos divulgados ontem.

A inflação mostra certo arrefecimento. O IGP-M (Índice Geral de Preços do **Mercado**), usado como referência na maioria dos contratos de aluguel, subiu 0,48% na primeira prévia deste mês, ante alta de 0,66% no mesmo período de fevereiro.

O ritmo mais lento de crescimento da indústria -aumento de 0,2% em janeiro, depois de dois meses em queda- teve reflexo nos níveis de emprego.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em janeiro o nível de emprego registrou queda de 0,1% em relação a dezembro de 2010.

Tal desempenho reflete, segundo o IBGE, o desaquecimento da economia. Desde agosto, o emprego industrial fica estável ou tem avanço ou queda insignificante.

Já a demanda do consumidor por crédito recuou 1,2% em fevereiro em relação a janeiro, de acordo com o indicador da Serasa Experian.

É o segundo recuo mensal consecutivo. Em janeiro, o indicador retrocedeu 6,7% em relação a dezembro.

Esses dados podem corroborar a tese de que é hora de um freio na alta dos juros.

Na mais recente ata do Copom (Comitê de Política Monetária), divulgada na quinta-feira, o Banco Central indica que pode reavaliar a política monetária.

DOSAR PARA NÃO MATAR

Indicador do Banco Modal aponta que o **PIB** (Produto Interno Bruto) teve queda de 0,1% de dezembro de 2010 para janeiro deste ano.

A inflação, porém, persiste. O banco estima uma aceleração dos preços das commodities, tendência já vista nos índices no atacado e que chegará à inflação ao consumidor nos próximos meses.

Para Alexandre Póvoa, do Modal, a autoridade monetária deve decretar somente mais uma alta da Selic (a taxa básica de juros), de meio ponto percentual, desde que os índices sigam essa tendência até março.

Fabio Silveira, sócio da RC Consultores, afirma que é preciso dosar a alta dos juros para não "matar o **mercado** doméstico".

Para ele, a inflação interna esfriou, com a menor demanda do **mercado**. Mas os preços, de um modo geral, seguirão em alta pela pressão das matérias-primas no **mercado** internacional.

"É preciso saber os limites da política monetária. Só subir os juros não resolve diante da pressão externa", observou Silveira.

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO IR será corrigido em 4,5% | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Dilma também promete a centrais política que fixará correção e estudo sobre novas faixas

Chico de Gois e Luiza Damé

O governo convenceu as centrais sindicais: a correção na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) será de 4,5% este ano, e não de 6,4%, como reivindicavam os sindicatos. Em contrapartida, a presidente Dilma Rousseff prometeu incluir na medida provisória que enviará ao Congresso nos próximos dias política que fixará até 2014 a correção da tabela pelo centro da meta da inflação - desde 2007, e até 2012, esse índice é de 4,5%. Dilma também criou uma mesa de negociação para discutir a pauta de reivindicações dos sindicatos, que inclui, por exemplo, fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho, reajuste das aposentadorias e redução da terceirização no setor público.

A presidente prometeu ainda estudar a proposta das centrais de criar novas faixas na tabela do IR. Para as centrais, que reivindicavam correção das tabelas do IR em 6,47% este ano - referentes à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - ou a adoção de uma política de correção anual, o compromisso do governo representa uma vitória.

Pela proposta de correção da tabela apresentada pelo governo, caso a inflação seja maior que esse percentual, a tabela será corrigida apenas pelos 4,5%. Por outro lado, se a inflação for abaixo disso, o reajuste também será de 4,5%.

Compromisso com inflação de 4,5%

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que o governo está comprometido em manter a inflação sob controle e pretende seguir o centro da meta de 4,5%. O índice pode variar dois pontos percentuais para mais ou para menos:

- Nossa ideia é: não podemos fazer nada que tire a seriedade com que o governo vai perseguir a meta de 4,5%. Como é o nosso objetivo, se a gente se comprometer com os quatro anos, vai ser sempre pelo centro da meta da inflação, que tem sido 4,5%. Para este ano, já está definido que é 4,5%.

Carvalho defendeu a posição de Dilma de rechaçar correção maior:

- O ganho dessa reunião foi o compromisso do governo de fazer este ano de novo a correção do IR. Apresentaram à presidente duas reivindicações: que a tabela fosse corrigida em 6,6% (na verdade, 6,47%) e por quatro anos. A presidente foi franca, clara e transparente: disse que não tinha condição de pensar em 6%, que o reajuste só poderia ser pelo centro da meta da inflação, e que ela acolhia com muito boa vontade a questão dos quatro anos, mas pediu um tempo para receber os estudos da Fazenda.

Para os sindicalistas, a reunião de ontem, que teve a presença também do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, foi positiva.

- Consideramos a reunião bastante positiva. A presidente teve paciência de explicar a política do governo em todas as áreas, e a política econômica, sobre a qual tínhamos muitas dúvidas - disse Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força.

O deputado havia se desgastado com Dilma na discussão do novo mínimo: o Planalto defendia R\$545, como foi aprovado, e ele fez campanha ferrenha no Congresso por R\$580.

- Na questão da tabela do IR, fizemos apelo à presidente para que fizesse um gesto aos trabalhadores: ou um percentual diferente dos 4,5%, ou a correção pelos quatro anos. E ela disse que vai levar isso (os quatro anos) em alto grau. Portanto, essa reivindicação foi atendida - disse ele.

Dilma aceitou ainda estudar a possibilidade de criar outras faixas de tributação do IR, como confirmou Carvalho. Hoje há quatro faixas: 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. Para tributaristas, quanto mais faixas, melhor é a distribuição do tributo, que fica mais justo e equilibrado para o trabalhador.

- Ela acolheu a possibilidade de um estudo para se criar outras faixas da tabela do IR. Não foi quantificado o número de faixas. Ela disse que vê com muita simpatia essa possibilidade de estabelecer maior progressividade na tabela do IR - disse Carvalho.

Embora as reuniões das mesas de negociação entre governo e sindicatos não tenham periodicidade acertada, a expectativa é que elas ocorram uma vez por mês, dependendo do tema. A primeira será com os **Ministérios** da Fazenda e de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** para debater a desindustrialização no país.

- As coisas que afetam a classe trabalhadora e a sociedade, que dizem respeito às centrais e nas quais temos interesse, passarão a ser debatidas de forma regular - disse José Lopez Feijó, presidente interino da CUT, na saída.

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Emprego na indústria apresenta ligeira queda | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Setor recua 0,1% em janeiro, mas ainda mantém expansão pelo 12º mês consecutivo

SÃO PAULO. O emprego na indústria brasileira recuou 0,1% em janeiro deste ano ante dezembro de 2010, repetindo a queda registrada no mês anterior em comparação a novembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Este quadro de estabilidade refletiu o menor dinamismo da produção industrial observado a partir do segundo trimestre do ano passado", conclui o IBGE em nota.

Em relação a janeiro de 2010, o emprego cresceu 2,7%, o que representa 12 meses consecutivos de expansão. O ritmo, no entanto, diminuiu ante os 3,6% registrados em dezembro, caindo à menor taxa desde março do ano passado.

O IBGE pesquisou índices de emprego em 14 regiões industriais do país. Todas apresentaram alta na comparação anual, com destaque para os estados de São Paulo (2%) e Minas Gerais (4,2%).

Doze segmentos aumentam volume de contratações

Das 18 atividades industriais pesquisadas, 12 mostraram aumento no volume de contratações em janeiro, com destaque para metalurgia básica (crescimento de 9%), produtos de metal (8,9%), meios de transporte (8,2%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (7,6%). Já os setores de papel e gráfica e de vestuário apresentaram as quedas mais significativas, de 8,1% e 2,8%, respectivamente.

Em janeiro de 2011, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente cresceu 5,1% em relação a dezembro, após ter acumulado queda de 4,4% nos dois últimos meses de 2010.

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO EXPORT NEWS | EDITORIA | |
| | TÍTULO Secex prorroga consulta pública sobre consolidação das normas de <u>comércio exterior</u> | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Exportadores, importadores, despachantes, órgãos do governo e outros interessados terão mais 10 dias para dar sua contribuição ao texto da consolidação das normas de **comércio exterior**. O prazo que terminaria nesta sexta-feira (11/3) foi prorrogado até o dia 21 de março. Os interessados poderão sugerir alterações ao texto da nova portaria elaborada pela Secretaria de **Comércio Exterior (Secex)** do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, que consolida em um único documento as normas apresentadas pelas Portarias Secex nº 11 a 20 e 23 a 33 (de 2010); e 1 a 8 (de 2011).

Pela primeira vez é realizada uma consulta pública para permitir sugestões externas durante o processo de consolidação das normas. A secretária de **Comércio Exterior do MDIC**, Tatiana Lacerda Prazeres, destaca a importância da participação dos públicos de interesse da Secex. Segundo ela, o novo procedimento visa “abrir um canal direto de comunicação com os **importadores e exportadores** brasileiros, e garantir a participação do setor privado no aperfeiçoamento das regras do **comércio exterior**”. A secretária informa ainda que a decisão de abrir a consulta pública é reflexo de uma orientação do ministro Fernando **Pimentel** para que o **MDIC** se aproxime dos usuários de seus serviços.

A minuta de portaria que pode ser acessada no site do **MDIC** abrange todas as normas e procedimentos aplicáveis às operações de **importação, exportação** e Drawback – que é a desoneração de impostos sobre insumos, adquiridos no **mercado** interno ou **importados**, vinculados à **exportação** de produtos acabados. Para participar do processo basta enviar as sugestões ao Departamento de Normas e Competitividade no **Comércio Exterior (Denoc)**, pelo e-mail denoc.cgnf@Mdic.gov.br.

O assunto do e-mail deve estar preenchido com o texto “Consulta Pública – Portaria Secex”. A sugestão deve ser encaminhada em arquivo anexo no formato .doc, com dimensão máxima de 250 kb, sem o uso de imagens. No texto, o proponente deve apresentar sua identificação, os dispositivos específicos objetos da sugestão, propostas de redação alternativa e justificativas legais e econômicas para a adoção dos textos sugeridos.

Fonte: **MDIC**

| | | |
|--|---|------------------------|
|  | VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS | EDITORIA |
| | TÍTULO SUFRAMA discute expansão do polo naval | |
| ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA | ENFOQUE POSITIVO | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Seguindo a tendência de crescimento da indústria naval brasileira impulsionada principalmente pela atração de novos investimentos, o Amazonas pode ampliar a sua participação nesse mercado. Estudo elaborado recentemente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) indica propostas para a consolidação dessa cadeia produtiva e aponta o potencial em expansão do segmento no Estado.

Devido à possibilidade de atração de investimentos “pesados”, à retomada do uso de hidrovias como parte de projetos para a melhoria da infraestrutura logística brasileira e à incorporação de tecnologias avançadas – o que fez com que o País passasse a ser reconhecido internacionalmente como uma grande potência em se tratando de construção de embarcações de grande porte –, a indústria naval vem se tornando a “menina dos olhos” da economia nacional. A **produção** brasileira desse segmento é concentrada na fabricação de plataformas de perfuração/exploração flutuantes e voltada ao atendimento principalmente da indústria petrolífera. Atualmente, o País **exporta** a maior parte de sua **produção**, sendo o principal destino os Estados Unidos, seguido de Cingapura.

O **Amazonas** é considerado um dos grandes polos brasileiros em termos de **produção**. Conta com cerca de 300 estaleiros instalados de pequeno, médio e grande porte. Somente na orla de **Manaus** existem cerca de 60 empreendimentos em funcionamento. A dinâmica produtiva do segmento desenvolvida ao longo de décadas é voltada à construção de balsas, empurradores (conjunto), embarcações de ferro, alumínio e fibra, além de embarcações regionais, sendo que em grande parte atende ao **mercado regional**. A escala de faturamento dos principais estaleiros gira em torno de R\$ 244 mil a R\$ 2,4 milhões.

Em face das condições socioculturais, econômicas e históricas, o Estado possui o que se pode chamar de “vocação natural” para essa  rea. No entanto, apesar da

longa tradi o naval, o **Amazonas** não apresenta o mesmo desempenho em compara o com outros polos instalados no País. O alto  ndice de informalidade do segmento, a falta de infraestrutura adequada para amplia o da **produ o**, a pouca qualifica o da mão de obra, a dificuldade de financiamento e a ausência de títulos definitivos das terras onde está instalada grande parte dos estaleiros são apontados como os principais gargalos.

Um dos primeiros passos seria a ado o de uma política de regulamenta o no sentido de organizar o segmento econ mico, ambiental e juridicamente. Os ganhos a serem obtidos com a regulamenta o das atividades são diversos. A maior facilidade para a obten o de crédito e financiamento, de maneira a contribuir para a expansão da infraestrutura produtiva,   uma das vantagens. Outro ganho seria o fato de que os empresários poderiam usufruir de políticas de incentivo governamentais, como   o caso dos benefícios fiscais concedidos pelo modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)**. Atualmente, dos cerca de 60 estaleiros implantados na orla da capital amazonense, apenas sete usufruem dos incentivos fiscais da **ZFM**.

Além da busca por novos nichos de **mercado**, outra proposta   a defini o de um marco regulatório para portos e estaleiros. A finalidade   definir diretrizes para uma política de industrializa o do setor e estabelecer estratégias para a implanta o de polos navais industriais e regionais. Nesse âmbito, uma das prioridades   a cria o do Distrito Naval de **Manaus**. O local pleiteado para a constru o do empreendimento está em negocia o, pelo fato de estar situado em uma área de propriedade federal,   margem esquerda do rio Negro, com uma extensão de 19,5 quil metros quadrados.

Os debates em torno da implanta o desse empreendimento já iniciaram e envolve a **SUFRAMA**, Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento Econ mico (Seplan)**, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e outros órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal, bem como entidades representativas do empresariado.

Para a coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da autarquia, Ana Maria Souza, “o Distrito Naval é um empreendimento estratégico que trará impactos positivos para a economia de todo o Estado e para a infraestrutura logística”.

Mercado

Por conta de suas especificidades, a **produção** naval do **Amazonas** não concorre com os demais polos instalados no Brasil. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, que concentra a maior capacidade produtiva de estaleiros do País, com 41,73%, a fabricação é voltada especialmente ao atendimento da indústria petrolífera, com destaque para a **produção** de cargueiros, full containers, navios-tanque, graneleiros, roll-on, roll-off, químicos, equipamentos de offshore e plataformas petrolíferas. Em se tratando do estado vizinho do Pará, a capacidade produtiva é voltada à construção e reparos de balsas, empurradores, rebocadores, barcos de pesca e de passageiros, ferry boats, terminais flutuantes e estruturas metálicas.

Com base nesse cenário, a aposta por novos nichos de **mercado** é outra vertente de atuação prioritária para a dinamização da construção naval. Para tanto, a **SUFRAMA** propõe como alternativa a adoção de uma política de incentivo à infraestrutura produtiva que possa transformar o **Amazonas** em um polo de substituição de **importações**.

A demanda nacional por embarcações de esporte e lazer é uma das fatias de **mercado** em potencial. Atualmente, 99,7% do consumo de embarcações desse tipo no **Brasil** são oriundas de **importações**. Com a expertise do polo naval local na fabricação desse item, é possível expandir a **produção** e passar a explorar esse nicho de **mercado**. “Além de contribuir para agregar de valor à cadeia produtiva naval no Estado, essa iniciativa deve impactar positivamente na balança comercial brasileira”, ressalta Ana Maria Souza.

Arelado a essas iniciativas, o estudo sugere a adoção de investimentos em capital intelectual com o objetivo de suprir as necessidades do segmento no que se refere à qualificação de mão de obra. Conforme levantamento feito pela autarquia, a criação de cursos de graduação em Engenharia Naval e outros, como Técnico em Construção Naval, Soldador, Técnico em Máquinas Navais e Montador, deverá atender as demandas dos estaleiros sediados no interior, cujos principais polos estão localizados

nos municípios de Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins e São Sebastião do Uatumã.

Novos investimentos

Também devem ser intensificadas as ações no sentido de atrair novos investidores a fim de ampliar o nível de adensamento da cadeia produtiva do segmento. As crescentes demandas surgidas recentemente por parte de empresários nacionais e internacionais da área naval para implantação de novos empreendimentos na **ZFM** é uma prova do grande potencial do segmento no Estado. Comitivas da Itália, Espanha, Suíça, Coreia e China estiveram recentemente no **Amazonas** com o intuito de prospectar novos **mercados**.

Para a atração de investidores, o polo naval de **Manaus** conta com a vantagem de ser incentivado por uma política de **Governo Federal**. A origem dos benefícios permite maior segurança em termos tributários. “O fato dos incentivos fiscais da **Zona Franca** de **Manaus** ser resultado de uma política de **Governo Federal** é fundamental na decisão dos investidores”, comenta o representante do Sindnaval, Mateus Araújo. “a lucratividade das fábricas incentivadas pelo modelo **ZFM** é maior por conta dos benefícios fiscais”.

Perspectivas

O cenário positivo para a indústria naval está ampliando a expectativa de crescimento significativo para os próximos anos. O ambiente governamental favorável com o envolvimento de órgãos representativos das três esferas de governo nos debates em torno de propostas para o fortalecimento do setor é um dos fatores decisivos para que isso ocorra.

Também tem papel relevante a mudança de pensamento no que se refere à questão logística da região. Diferente do que ocorria até bem pouco tempo quando a abertura de rodovias era prioridade para a melhoria da infraestrutura, a retomada do uso das hidrovias passou a ser tema recorrente e fazer parte da pauta de debates sobre os problemas logísticos do Brasil.

Além disso, o setor naval deve seguir na esteira da economia brasileira. A estimativa de crescimento em nível nacional é de 5,9% ao ano, sendo que os reflexos poderão ser sentidos no **PIM**, que deverá ampliar a **produção** para atender o aumento da demanda. “As projeções indicam um

crescimento no volume de peso de insumos e produtos transportados via fluvial nos próximos anos, o que deverá acarretar uma demanda maior por estruturas flutuantes”, explica Ana Maria Souza.

Ela aponta ainda que a expansão do segmento deverá gerar novos empregos e fortalecer uma vocação produtiva associada às peculiaridades regionais e às bases

de sustentabilidade almejadas. O presidente em exercício do Sindnaval, também se mostra bastante otimista. “Hoje geramos em torno de quatro mil empregos diretos no Estado, mas entendemos que, com investimentos e políticas públicas ajustadas às necessidades do setor, temos condições de chegar, em um prazo de quatro anos, a mais de 50 mil empregos diretos gerados”, finalizou.

| | | |
|--|---|------------------------|
|  | VEÍCULO PORTAL DA NAVEGAÇÃO | EDITORIA |
| | TÍTULO Suframa estuda criação do Distrito Naval de Manaus | |
| ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA | ENFOQUE POSITIVO | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Considerado um dos grandes polos brasileiros em termos de produção, o Amazonas possui “vocação natural” para a área, apesar do baixo desempenho em rela o a outros Estados do País

Mais de 300 estaleiros de pequeno e médio porte estão instalados no Amazonas

A indústria naval no Amazonas poderá se ampliada nos próximos anos, de acordo com um estudo recém-elaborado pela Superint ndencia da Zona Franca de Manaus (Suframa), o qual indica propostas para a consolida o da cadeia produtiva na área e aponta o potencial em expansão do segmento no Estado.

Devido   possibilidade de atra o de investimentos “pesados”,   retomada do uso de hidrovias como parte de projetos para a melhoria da infraestrutura logística brasileira e   incorpora o de tecnologias avançadas – o que fez com que o País passasse a ser reconhecido internacionalmente como uma grande potência em se tratando de constru o de embarca es de grande porte –, a indústria naval vem se tornando a “menina dos olhos” da economia nacional.

A produ o brasileira desse segmento   concentrada na fabrica o de plataformas de perfura o/explora o flutuantes e voltada ao atendimento principalmente da indústria petrolífera. Atualmente, o País exporta a maior parte de sua produ o, sendo o principal destino os Estados Unidos, seguido de Cingapura.

O Amazonas   considerado um dos grandes polos brasileiros em termos de produ o. Conta com cerca de 300 estaleiros instalados de pequeno, médio e grande porte. Somente na orla de Manaus existem cerca de 60 empreendimentos em funcionamento.

A dinâmica produtiva do segmento desenvolvida ao longo de décadas   voltada   constru o de balsas, empurradores (conjunto), embarca es de ferro, alumínio e fibra, além de embarca es regionais, sendo que em grande parte atende ao mercado regional. A escala de faturamento dos principais estaleiros gira em torno de R\$ 244 mil a R\$ 2,4 milhões.

Em face das condi es socioculturais, econ micas e históricas, o Estado possui o que se pode chamar de “voca o natural” para essa  rea. No entanto, apesar da longa tradi o naval, o Amazonas não apresenta o mesmo desempenho em compara o com outros polos instalados no País.

O alto  ndice de informalidade do segmento, a falta de infraestrutura adequada para amplia o da produ o, a pouca qualifica o da mão de obra, a dificuldade de financiamento e a ausência de títulos definitivos das terras onde está instalada grande parte dos estaleiros são apontados como os principais gargalos.

Um dos primeiros passos seria a ado o de uma política de regula o no sentido de organizar o segmento econ mico, ambiental e juridicamente. Os ganhos a serem obtidos com a regula o das atividades são diversos. A maior facilidade para a obten o de crédito e financiamento, de maneira a contribuir para a expansão da infraestrutura produtiva,   uma das vantagens.

Outro ganho seria o fato de que os empresários poderiam usufruir de políticas de incentivo governamentais, como   o caso dos benefícios fiscais concedidos pelo modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). Atualmente, dos cerca de 60 estaleiros implantados na orla da capital amazonense, apenas sete usufruem dos incentivos fiscais da ZFM.

Além da busca por novos nichos de mercado, outra proposta   a defini o de um marco regulatório para portos e estaleiros. A finalidade   definir diretrizes para uma política de industrializa o do setor e estabelecer estratégias para a implanta o de polos navais industriais e regionais. Nesse âmbito, uma das prioridades   a cria o do Distrito Naval de Manaus.

O local pleiteado para a constru o do empreendimento está em negocia o, pelo fato de estar situado em uma área de propriedade federal,   margem esquerda do rio Negro, com uma extensão de 19,5 quil metros quadrados.

Os debates em torno da implanta o desse empreendimento já iniciaram e envolve a Suframa, Secretaria

de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan), Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e outros órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal, bem como entidades representativas do empresariado.

Para a coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da autarquia, Ana Maria Souza, “o Distrito Naval é um empreendimento estratégico que trará impactos positivos para a economia de todo o Estado e para a infraestrutura logística”.

Mercado

Por conta de suas especificidades, a **produção** naval do **Amazonas** não concorre com os demais polos instalados no Brasil. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, que concentra a maior capacidade produtiva de estaleiros do País, com 41,73%, a fabricação é voltada especialmente ao atendimento da indústria petrolífera, com destaque para a **produção** de cargueiros, full containers, navios-tanque, graneleiros, roll-on, roll-off, químicos, equipamentos de offshore e plataformas petrolíferas. Em se tratando do estado vizinho do Pará, a capacidade produtiva é voltada à construção e reparos de balsas, empurradores, rebocadores, barcos de pesca e de passageiros, ferry boats, terminais flutuantes e estruturas metálicas.

Com base nesse cenário, a aposta por novos nichos de **mercado** é outra vertente de atuação prioritária para a dinamização da construção naval. Para tanto, a **Suframa** propõe como alternativa a adoção de uma política de incentivo à infraestrutura produtiva que possa transformar o **Amazonas** em um polo de substituição de **importações**.

A demanda nacional por embarcações de esporte e lazer é uma das fatias de **mercado** em potencial. Atualmente, 99,7% do consumo de embarcações desse tipo no **Brasil** são oriundas de **importações**.

Com a expertise do polo naval local na fabricação desse item, é possível expandir a **produção** e passar a explorar esse nicho de **mercado**. “Além de contribuir para agregar de valor à cadeia produtiva naval no Estado, essa iniciativa deve impactar positivamente na balança comercial brasileira”, ressalta Ana Maria Souza.

Atrelado a essas iniciativas, o estudo sugere a adoção de investimentos em capital intelectual com o objetivo de suprir as necessidades do segmento no que se refere à qualificação de mão de obra. Conforme levantamento feito pela autarquia, a criação de cursos de graduação em Engenharia

Naval e outros, como Técnico em Construção Naval, Soldador, Técnico em Máquinas Navais e Montador, deverá atender as demandas dos estaleiros sediados no interior, cujos principais polos estão localizados nos municípios de Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins e São Sebastião do Uatumã.

Novos investimentos.

Também devem ser intensificadas as ações no sentido de atrair novos investidores a fim de ampliar o nível de adensamento da cadeia produtiva do segmento. As crescentes demandas surgidas recentemente por parte de empresários nacionais e internacionais da área naval para implantação de novos empreendimentos na **ZFM** é uma prova do grande potencial do segmento no Estado.

Comitivas da Itália, Espanha, Suíça, Coreia e China estiveram recentemente no **Amazonas** com o intuito de prospectar novos **mercados**.

Para a atração de investidores, o polo naval de **Manaus** conta com a vantagem de ser incentivado por uma política de **Governo Federal**. A origem dos benefícios permite maior segurança em termos tributários.

“O fato dos incentivos fiscais da **Zona Franca** de **Manaus** ser resultado de uma política de **Governo Federal** é fundamental na decisão dos investidores”, comenta o representante do Sindnaval, Mateus Araújo. “a lucratividade das fábricas incentivadas pelo modelo **ZFM** é maior por conta dos benefícios fiscais”.

Perspectivas

O cenário positivo para a indústria naval está ampliando a expectativa de crescimento significativo para os próximos anos. O ambiente governamental favorável com o envolvimento de órgãos representativos das três esferas de governo nos debates em torno de propostas para o fortalecimento do setor é um dos fatores decisivos para que isso ocorra.

Também tem papel relevante a mudança de pensamento no que se refere à questão logística da região. Diferente do que ocorria até bem pouco tempo quando a abertura de rodovias era prioridade para a melhoria da infraestrutura, a retomada do uso das hidrovias passou a ser tema recorrente e fazer parte da pauta de debates sobre os problemas logísticos do Brasil.

Além disso, o setor naval deve seguir na esteira da economia brasileira. A estimativa de crescimento em nível

nacional é de 5,9% ao ano, sendo que os reflexos poderão ser sentidos no **PIM**, que deverá ampliar a **produção** para atender o aumento da demanda.

“As projeções indicam um crescimento no volume de peso de insumos e produtos transportados via fluvial nos próximos anos, o que deverá acarretar uma demanda maior por estruturas flutuantes”, explica Ana Maria Souza.

Ela aponta ainda que a expansão do segmento deverá gerar novos empregos e fortalecer uma vocação produtiva associada às peculiaridades regionais e às bases de

sustentabilidade almejadas. O presidente em exercício do Sindnaval, também se mostra bastante otimista.

“Hoje geramos em torno de quatro mil empregos diretos no Estado, mas entendemos que, com investimentos e políticas públicas ajustadas às necessidades do setor, temos condições de chegar, em um prazo de quatro anos, a mais de 50 mil empregos diretos gerados”, finalizou.

Fonte – acritica.comVídeo

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA | EDITORIA | |
| | TÍTULO Redução no <u>PIB</u> afeta os postos de trabalho no AM | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

BC prevê Produto Interno Bruto menor e economista diz que empregos tendem a seguir este ritmo

Manaus, 12 de Março de 2011

Renata Magnenti

Com a crise, no final de 2008, o PIB perdeu fôlego e o reflexo no Polo Industrial foi a perda de mais de seis mil vagas (Foto: Arquivo/AC)

A projeção do Banco Central é que o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano encerre registrando um crescimento de 4,29%. Em 2010, o índice fechou em 7,5% e, se houver o recuo projetado pelo BC, o mercado de trabalho sentirá a queda e deverá responder com demissões. Mas, pelo menos por enquanto, as entidades trabalhistas não esperam um cenário negativo.

Manaus concentra 81,9% do PIB do Estado e responde por 1,5% do PIB nacional, o que coloca a cidade entre as seis com maior índice. A distribuição per capita do PIB no Amazonas é de aproximadamente R\$ 7 mil. “O detalhe é que não podemos pegar os dados e acreditar que a renda de um pai de família que trabalha no PIM é de R\$ 7 mil. O PIB demonstra o nível de atividade econômica de uma região, e não o desenvolvimento ou renda familiar da população”, explica o professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), Sylvio Puga.

Para Puga ainda é cedo para afirmar quantas vagas de emprego serão cortadas no PIM, mas ele confirma que, se o PIB cair, a tendência natural é que a oferta de emprego acompanhe esse movimento de redução.

Pensamento positivo

A expectativa dos metalúrgicos é de que não haja retração na oferta de emprego, de acordo com o presidente do sindicato da categoria no Amazonas, Valdemir Santana. “Tivemos um crescimento de 10% na produção de algumas fábricas se compararmos aos dois primeiros meses de 2010”, afirmou.

Valdemir disse também que seis fábricas já informaram ao sindicato que desejam trabalhar no período de 24 horas. “Isso, para nós, prova que estamos trabalhando com o sinal verde e esperamos que o setor permaneça assim até o fim do ano”.

O presidente da Força Sindical no Amazonas, Vicente Filizola, também disse acreditar que não há sinalização para um cenário de demissões ou diminuição no número de oferta de emprego. “É nosso trabalho monitorar o mercado e qualquer sinal de anormalidade iremos negociar com os ‘patrões’ como fizemos em 2009”. Atualmente, a Força Sindical do Amazonas responde por, aproximadamente, 230 mil trabalhadores.

Qualificação

Na opinião do presidente da Câmaras de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Baraúna Assayag, não se deve fazer alarde sobre demissões ou corte de vagas, pois o mercado tem capacidade para absorver a mão de obra, desde que ela se adeque às vagas oferecidas. “O problema do Amazonas não é falta de oportunidade e sim a falta de pessoas qualificadas para ocupar os cargos disponíveis”.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO R7 | EDITORIA | |
| | TÍTULO Dilma negocia política de reajuste do Imposto de Renda com centrais | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Proposta é que nos próximos anos as faixas de rendimento sejam corrigidas em 4,5%

Renan Ramalho, do R7, em Brasília

Presidente deve fechar uma proposta com a equipe econômica e depois enviar medida provisória para o Congresso

Durante reunião com as centrais sindicais nesta sexta-feira (11), a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a estudar uma política de correção da tabela do Imposto de Renda para os próximos quatro anos de seu governo.

Segundo participantes do encontro, a presidente aceitou a proposta das centrais, em reajustar as faixas de rendimento de acordo com a meta de inflação, atualmente em 4,5%. Com a medida, quem recebe aumentos salariais pode permanecer pagando porcentagens mais baixas do tributo ou mesmo continuar isento.

Ainda segundo interlocutores, a presidente deve fechar a proposta com a equipe econômica nos próximos dias, para depois enviar uma medida provisória para o Congresso.

Desde a discussão do novo salário mínimo, as centrais sindicais reivindicavam a correção na tabela do IR. Chegaram a defender um reajuste de 6,47% em 2011, referente à inflação real medida no ano passado. O centro da meta é que o governo planeja atingir ao final de cada ano.

As duas opções foram apresentadas a Dilma, mas acabou prevalecendo um reajuste fixo. Para as centrais, a política permanente é vantagem, já que nem todos os anos a tabela é corrigida.

Mesa de negociação

Em entrevista à imprensa após a reunião, os representantes das centrais tinham discurso de satisfação. Informaram que, a partir de agora, a presidente irá reunir-se com os sindicalistas todos os meses, numa “mesa permanente de negociação”.

A primeira reunião, com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, deverá tratar do processo de “desindustrialização” do país.

Com a baixa do **dólar** e a crescente **produção** tecnológica da China, os industriais brasileiros temem uma quebra generalizada das fábricas nacionais.

Nas próximas reuniões, disseram os sindicalistas, deverão entrar temas mais espinhosos, como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho e benefícios para aposentados.

Outra proposta polêmica, apresentada pela CUT é o fim do imposto sindical. Todo mês de março o trabalhador, sindicalizado ou não, tem descontado do salário um dia de trabalho, obrigatoriamente. O bolo é passado diretamente para as centrais.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada ao PT, é a principal patrocinadora da mudança. A ideia é substituir o imposto por uma contribuição “negocial”, em que cada sindicato negociaria separadamente como seria a dedução de sua categoria.